

A OFENSIVA DO IMPÉRIO
E OS DILEMAS DA
HUMANIDADE

SUMÁRIO

Apresentação.....	5
• Noam Chomsky Como enfrentar o império?.....	8
• Arundhati Roy Confrontando o império.....	32
• Samir Amin Contra a militarização e a guerra.....	40

EXPEDIENTE

A Cartilha nº 13 “A ofensiva do império e os dilemas da humanidade” é uma publicação do Movimento Consulta Popular

Secretaria Operativa:

Rua Vicente Prado, 134
01321-020 São Paulo - SP

Telefax: (11) 3242-6644

Correio eletrônico: consultapopular@uol.com.br

Organizador: Secretaria Operativa da Consulta Popular

Diagramação: Nilde Almeida

APRESENTAÇÃO

É com muita alegria que estamos apresentando essa cartilha com palestras pronunciadas durante o FSM de Porto Alegre, em janeiro de 2003, por três dos maiores intelectuais e militantes sociais da atualidade, em todo mundo: *Noam Chomski, Arundhaty e Samir Amin*.

Não por acaso, cada um deles vive e representa um dos continentes de nosso planeta. *Samir Amin*, um egípcio, grande pensador das causas da África, que vive no Senegal. Reconhecido como um dos maiores pensadores sobre os problemas do Terceiro Mundo e das populações rurais.

Roy, uma destacada intelectual e militante da Índia. Jovem e destemida tem sido aclamada em todos os espaços aonde participa, por sua lucidez e compromisso com as causas da humanidade.

E *Chomski*, reconhecido como o maior intelectual vivo dos Estados Unidos. Um eterno militante pacifista e denunciador das atrocidades do capital imperialista. E o faz vivendo dentro do dragão dos Estados Unidos.

A contribuição desses três grandes humanistas e pensadores da atualidade é fundamental para todos os militantes sociais brasileiros.

Esperamos que suas reflexões sobre a natureza atual do império, do capital transnacional, e a necessidade dos movimentos sociais, das pessoas, da humanidade reagir, nos ajudem a orientar nossa reflexão e ação aqui no Brasil.

Um bom estudo para todos e que ele oriente nossa prática.

NOAM CHOMSKY

É, de forma inquestionável, o maior linguísta vivo. De fato, mais do que isso, ele é o principal responsável por elevar a ciência das linguagens à categoria de ciência teórica eferiva. Nascido na Filadélfia, em 1928, é professor Pleno do prestigiado Instituto Tecnológico de Massachusetts (MIT) desde 1955.

Além de linguísta, o professor **Chomsky** é um dos mais importantes ativistas políticos do mundo contemporâneo. Como crítico social e ativista político, **Chomsky** tornou-se conhecido pela sua crítica contundente e consistente da política americana (interna e, especialmente, externa), tendo escrito diversos livros sobre temas contemporâneos.

O nosso encontro se dá em um momento da história mundial que, por diversas razões, é único – um momento ameaçador, mas também cheio de esperança.

O Estado mais poderoso da História proclamou, alto e bom som, que pretende governar o mundo pela força, em cuja dimensão ele reina de forma suprema. Além da concessão formal às nobres intenções, acompanhante costumeira da coerção (não significando nada, portanto), seus líderes estão decididos a perseguir sua “ambição imperial”, como é descrito de maneira clara no principal jornal que expressa a política externa do *establishment* – criticamente, um assunto importante. Eles também declararam que não tolerarão nenhum competidor, agora ou no futuro. Acreditam, evidentemente, que os recursos violentos em suas mãos são tão extraordinários que podem descartar com desprezo qualquer um que apareça em seu caminho. Há bons motivos para acreditar que a guerra com o Iraque tem, parcialmente, como objetivo ensinar ao mundo algumas lições sobre o que acontece quando o império decide dar um golpe – embora “guerra” dificilmente seja o termo apropriado, dada a disparidade das forças.

A doutrina não é inteiramente nova, nem primazia dos Estados Unidos, mas nunca antes foi proclamada com tal arrogância e descaramento – ao menos não por alguém de quem gostaríamos de nos lembrar.

Não tentarei responder à pergunta posta for este fórum: Como confrontar o império. Isto porque a maioria de vocês conhece as respostas tão bem ou melhor do que eu, através de suas próprias vidas e trabalho. O modo de “confrontar o império” é criar um mundo diferente, que não seja baseado na violência e na submissão, no ódio e no medo. Esta é a razão pela qual estamos aqui, e o FSM traz a esperança de que estes sonhos não são em vão.

Tive ontem o raro privilégio de conhecer algumas ações que nos inspiram na luta para atingir esses objetivos, na reunião internacional da Via Campesina em uma comunidade do MST, que eu penso ser o mais importante e emocionante movimento popular do mundo. Com ações locais construtivas como as do MST, e uma organização internacional do tipo mostrado pela Via Campesina e pelo FSM, com compreensão, solidariedade e apoio mútuo, há reais esperanças de um futuro decente.

Eu também passei por outras experiências recentes que mostram um quadro nítido de como pode ser o mundo se a violência imperial não for contida e desmontada. No mês passado eu estive no sudeste da Turquia, cenário de algumas das piores atrocidades dos horrendos anos da década de 1990, e que ainda continuam: poucas horas antes havíamos sido informados de novas atrocidades cometidas pelo exército perto de Diyarbakir, a capital não-oficial da região curda. Durante a década de 90, milhões de pessoas foram expulsas de uma zona rural devastada, dezenas de milhares foram mortas e as formas mais bárbaras de tortura foram cometidas. Eles tentam

sobreviver em cavernas fora das muralhas de Diyarbakir, em edifícios condenados, em cortiços miseráveis em Istambul, ou onde quer que consigam encontrar abrigo, proibidos de retornar a suas aldeias a despeito de uma nova legislação que teoricamente permite o retorno. 80% das armas vieram dos Estados Unidos. Clinton enviou à Turquia, somente em 1997, mais armas do que durante todo o período da Guerra Fria somado ao começo da campanha de terror estatal – chamada pelos executores e seus apoiadores de contraterrorismo, como de costume. A Turquia tornou-se o principal destino das armas americanas à medida em que as atrocidades atingiam o máximo (sem considerar Israel e Egito, uma categoria à parte).

Em 1999 a Turquia cedeu seu lugar à Colômbia. O motivo é que na Turquia o terror de Estado apoiado pelos Estados Unidos havia alcançado um grande sucesso, enquanto que na Colômbia, não. A Colômbia ocupou a posição mais baixa na escala de direitos humanos no hemisfério ocidental nos anos 90, e foi, de longe, quem mais recebeu armas e treinamento militar por parte dos Estados Unidos. Hoje ocupa o primeiro lugar no mundo. Ela também é líder em outras categorias, como por exemplo no assassinato de ativistas sindicais: mais da metade das mortes desses ativistas ocorridas no mundo na década passada aconteceu na Colômbia. Quase meio milhão de pessoas foram expulsas do campo no ano passado, um novo recorde. A população desenraizada é estimada agora em 2,7 milhões de pessoas. Os assassinatos políticos passaram a vinte por dia, o dobro de há cinco anos.

Visitei Cauca, no sul da Colômbia, localidade que ocupou a pior colocação do país em 2001 no que se refere a respeito aos direitos humanos, o que não é pouco. Ouvi horas de testemunhos de camponeses expulsos de suas terras pela

guerra química — chamada “fumigação”, a pretexto de uma “guerra contra a droga” liderada pelos Estados Unidos em que pouca gente acreditava, e que seria obscena mesmo se essa fosse a intenção. Suas vidas e sua terra estão destruídas, as crianças morrem e eles padecem de doenças e ferimentos. A agricultura camponesa é baseada em uma rica tradição de conhecimentos e experiência adquiridos no correr dos séculos, passados em grande parte de mãe para filha. Embora seja uma conquista admirável, ela é muito frágil, e pode ser destruída no espaço de tempo de uma única geração. O que também está sendo destruído é uma das mais ricas biodiversidades do mundo, similar à das regiões vizinhas do Brasil. Camponeses, indígenas e colombianos de ascendência africana se juntam aos milhões que vivem nos cortiços miseráveis e nos acampamentos. A saída dessa gente permite que as multinacionais cheguem para explorar carvão, petróleo e outros recursos, e para converter o que sobrou da terra em monocultura de exportação, usando sementes produzidas em laboratório em um ambiente dilapidado de suas riquezas e diversidade.

Os cenários de Cauca e do sudeste da Turquia são muito diferentes das comemorações da reunião da Via Campesina na comunidade do MST. Mas a Turquia e a Colômbia nos inspiram e trazem esperança de maneira diferente, devido à coragem e à dedicação de gente que luta por justiça e liberdade, confrontando o império onde ele está matando e destruindo.

Estes são alguns dos sinais do futuro se a “ambição imperial” continuar em seu curso normal, agora acelerado pela grande estratégia global de domínio pela força. Nada disso é inevitável, e entre os bons exemplos para pôr fim a esses crimes estão aqueles que mencionei: o MST, a Via Campesina e o FSM.

No FSM, a gama de assuntos e problemas intensamente discutidos é muito ampla, notavelmente ampla até, mas penso que podemos identificar dois temas principais. Um é a justiça global e a Vida após o Capitalismo – ou, dito de maneira mais simples, a vida, pois não é tão claro que a espécie humana possa sobreviver por muito tempo sob as instituições capitalistas existentes. O segundo tema está ligado ao primeiro: guerra e paz, e, mais especificamente, a guerra contra o Iraque que Washington e Londres – virtualmente sozinhos — estão desesperadamente tentando iniciar.

Começamos com algumas boas notícias sobre estes temas básicos. Como vocês sabem, agora mesmo está acontecendo uma conferência do Fórum Econômico Mundial, em Davos. Aqui em Porto Alegre, vive-se um ambiente de esperança, vigor e entusiasmo. Em Davos, conforme relata o *New York Times*, “o ambiente tornou-se sombrio”. Para os “manda-chuvas” a “era da festa global” passou. De fato, o fundador do fórum admitiu a derrota: “O poder das corporações desapareceu completamente”, disse. Portanto, nós ganhamos. Só o que nos resta fazer é recolher os pedaços – não apenas para falar sobre uma visão de futuro que é justa e humana, mas para caminharmos em direção a sua criação.

É claro, não devemos deixar que isso nos suba à cabeça. Há ainda algumas dificuldades pela frente.

O principal tema do FEM é “Construindo Confiança”. Há uma razão para isso. Os “senhores do universo”, como eles gostavam de se chamar em dias mais exuberantes, sabem que estão em sérias dificuldades. Recentemente soltaram uma pesquisa mostrando que a confiança nos líderes havia

diminuído fortemente. Somente os líderes das ONGs tinham a confiança de uma clara maioria, seguidos pela ONU e pelos líderes espirituais e religiosos; após estes vinham os líderes da Europa Ocidental e gerentes da área econômica; abaixo deles os executivos das corporações e, bem abaixo, no fim, os líderes dos Estados Unidos, com um percentual de confiança de mais ou menos 25%. Isto pode significar, virtualmente, confiança nenhuma: quando se pergunta às pessoas se elas confiam ou não em líderes que têm poder, normalmente respondem “Sim”, sem pensar.

E a situação está piorando. Há poucos dias uma pesquisa no Canadá mostrou que mais de 1/3 da população enxerga os Estados Unidos como a maior ameaça à paz mundial. Os Estados Unidos receberam o dobro de votos do Iraque e da Coreia do Norte, e muito mais do que a al-Qaeda. Uma pesquisa, sem parâmetros controláveis, feita pela revista *Time* revelou que mais de 80% dos que responderam na Europa enxergavam os Estados Unidos como a maior ameaça à paz mundial, comparados com os menos de 10% que apontaram o Iraque ou a Coreia do Norte. Mesmo que estes números estejam errados devido a algum fator substancial, eles são dramáticos.

Sem me alongar mais, os líderes das corporações que pagaram 30.000 dólares para participar das sombrias reuniões em Davos têm bons motivos para escolher “Construindo Confiança” como tema.

A guerra anunciada com o Iraque está contribuindo, sem dúvida alguma, para estas interessantes e importantes mudanças. A oposição à guerra que se verifica não tem nenhum precedente histórico. Ela é tão alta na Europa, que o Secretário de “Defesa” Donald Rumsfeld desprezou a Alemanha e a França como sendo apenas a “velha Europa”, claramente não devendo

ser levadas em conta devido a sua desobediência. O “grande número de outros países da Europa [estão] com os Estados Unidos”, garantiu ele aos jornalistas estrangeiros. Esse grande número é a “nova Europa”, simbolizada pela Itália de Berlusconi, que visitará brevemente a Casa Branca, rezando para ser convidado a ser o terceiro dos “três Bs”: Bush-Blair-Berlusconi — se conseguir escapar à prisão. A Itália está a bordo, nos diz a Casa Branca. Aparentemente, não importa que mais de 80% da população se oponha à guerra, de acordo com pesquisas recentes. Isto apenas mostra que o povo italiano também pertence à “velha Europa”, e pode ser mandado para a lata de lixo da história junto com a França e a Alemanha e outros que não sabem o seu lugar.

A Espanha é saudada como outro proeminente membro da nova Europa — com 75% de sua população oposta à guerra, segundo uma pesquisa internacional do Gallup. De acordo com o principal analista de política internacional da *Newsweek*, o mesmo vale para a mais promissora parte da nova Europa, os antigos países comunistas, chamados (bem abertamente) a servir aos interesses dos Estados Unidos e a minar os desprezados Estados de bem-estar social e de economia social de mercado da Europa. Ele informa que na Checoslováquia 2/3 da população se opõe à participação na guerra, enquanto que na Polónia apenas ¼ apoiaria uma guerra, mesmo se os inspetores da ONU “provarem que o Iraque possui armas de destruição maciça”. A imprensa polonesa registra 37% de aprovação neste caso, uma taxa ainda extremamente baixa no coração da “nova Europa”.

A nova Europa logo se identificou em uma carta aberta no *Wall Street Journal*: junto com a Itália, Espanha, Polónia e

Checoslováquia — os líderes, ou seja, não o povo — ela inclui a Dinamarca (com a opinião pública em posição similar à da Alemanha, portanto “velha Europa”), Portugal (53% de oposição à guerra sob quaisquer circunstâncias, 96% opostos à guerra se conduzida unilateralmente pelos EUA e seus aliados), Grã-Bretanha (40% opostos à guerra sob quaisquer circunstâncias, 90% opostos à guerra se conduzida pelos EUA e seus aliados unilateralmente) e Hungria (não há números disponíveis).

Em suma, a emocionante “nova Europa” consiste em alguns líderes que estão querendo desafiar suas populações.

A velha Europa reagiu com uma certa irritação às declarações de Rumsfeld de que eles são “países-problema”, e não Estados modernos. Essa reação foi explicada por solícitos comentadores americanos. Atendo-nos apenas à imprensa americana, nos é dito que os “aliados europeus cansados do mundo” não apreciam a “retidão moral” do Presidente. A evidência dessa “retidão moral” é que “seus conselheiros dizem que o zelo evangélico” vem diretamente do homem simples que está voltado para a eliminação do mal no mundo.

Uma vez que esta é seguramente a mais confiável e objetiva evidência que se pode imaginar, seria inapropriado expressar o mais leve ceticismo, para não dizer reagir, como se faria se atitudes semelhantes fossem tomadas por outros. Os cínicos europeus, nos dizem, interpretam mal a pureza d’alma de Bush como “ingenuidade moral” — sem uma única menção ao fato de que os especialistas em relações públicas do Governo devem ter dado uma mão na criação de imagens feitas para vender. Somos informados em seguida de que há uma grande divisão entre a Europa cansada da vida e o “Novo Mundo

idealista voltado para o fim da desumanidade”. Sabemos que este é, com certeza, o objetivo que move o Novo Mundo idealista porque assim o proclamam nossos líderes. O que mais alguém pode exigir como prova?

A rara menção da opinião pública na nova Europa é tratada como um problema de marketing; o produto à venda é necessariamente correto e digno de honra, dada sua origem. O desejo dos líderes da nova Europa de preferir Washington a suas próprias populações “ameaça isolar alemães e franceses”, que estão demonstrando tendências democráticas retrógradas, e mostra que a Alemanha e a França não podem “dizer que falam pela Europa”. Elas estão meramente falando pelos povos da velha e da nova Europa, que – os mesmos comentaristas reconhecem – expressam “forte oposição” às políticas da nova Europa.

Os pronunciamentos oficiais e as reações a eles são esclarecedores. Eles demonstram com certa clareza o desprezo pela democracia que é bem típico, historicamente, daqueles que acreditam que governam o mundo por direito.

Há muitos outros exemplos. Quando o chanceler alemão Gerard Schroeder ousou ficar ao lado da esmagadora maioria dos eleitores no último pleito, isto foi descrito como uma chocante falha de liderança, um problema sério que a Alemanha precisa superar se quiser ser aceita no mundo civilizado. O problema é dos alemães, não das elites das democracias anglo-americanas. O problema da Alemanha é que “o governo vive com medo dos eleitores, e isto o está levando a cometer erros e mais erros” – segundo o porta-voz do partido de direita União Social Cristã, que compreende a real natureza da democracia.

O caso da Turquia é ainda mais revelador. Como em toda a região, os turcos se opõem fortemente à guerra –

aproximadamente 90%, segundo as últimas pesquisas. E até aqui o governo, irresponsavelmente, tem dado alguma atenção ao povo que o elegeu. Não se curvou completamente às intensas pressões e ameaças feitas por Washington para compeli-lo a atender à voz do dono. Esta relutância do governo eleito em seguir ordens de cima prova que seus líderes não são verdadeiros democratas. Para os que são muito lerdos em entender estas sutilezas, elas são explicadas pelo ex-embaixador na Turquia, Morton Abramowitz, hoje um estadista sênior e comentarista.

Há dez anos, ele explicou, a Turquia era governada por um verdadeiro democrata, Turgut Ozal, que “ignorou a preferência declarada de seus concidadãos em ficar de fora da Guerra do Golfo”. Mas a democracia declinou na Turquia. O governo atual “está seguindo o povo”, revelando falta de “credenciais democráticas”.

“Lamentavelmente”, ele diz, “não há nenhum Ozal à mão”. Será preciso, assim, trazer a autêntica democracia à Turquia por meio do estrangulamento econômico e outras medidas coercitivas — o que é uma pena, mas necessário, devido ao que a imprensa local [americana] de elite chama de nosso “anseio pela democracia”.

O Brasil testemunha outro exemplo das reais atitudes em relação à democracia por parte dos senhores do universo. Na eleição mais livre do hemisfério, uma grande maioria optou por políticas que sofrem forte oposição da finança internacional e dos investidores, do FMI e do Departamento do Tesouro americano. Em outra época, este teria sido o sinal para um golpe militar que instauraria um Estado de Segurança Nacional assassino, como aconteceu no Brasil há 40 anos. Desta vez isto não vai funcionar; os povos do Sul e do Norte mudaram, e não

aceitação facilmente tal saída. Além disso, existem hoje maneiras de minar a vontade do povo, graças aos instrumentos neoliberais existentes; controle econômico, fuga de capitais, ataques à moeda, privatização e outros expedientes bem concebidos para reduzir a área de influência da vontade popular. Espera-se que isso force o governo a seguir os ditames do que os economistas internacionais chamam de “parlamento virtual” de investidores e líderes, que tomam as decisões reais, coagindo a população – uma chateação irrelevante, segundo os princípios reinantes de democracia.

Quando eu estava saindo para o aeroporto, fui perguntado mais uma vez pela imprensa sobre o motivo de haver tão poucos protestos contra a guerra nos EUA. As impressões são instrutivas. Na verdade, o protesto nos EUA, como em outros lugares, também alcança níveis que não têm nenhum precedente histórico. Não somente manifestações, teach-ins e outros eventos públicos. Para pegar um exemplo de tipo diferente, na semana passada o Conselho Municipal de Chicago aprovou uma resolução contra a guerra, 46-1, em conjunto com outras 50 cidades. O mesmo acontece em outros setores, incluindo aqueles dos mais oligopolizados, como o FEM constatou consternado: ONGs, personalidades e organizações religiosas, com poucas exceções. Há alguns meses, a maior universidade do país aprovou uma forte resolução contra a guerra – a Universidade do Texas, vizinha do rancho de George W. É fácil seguir com os exemplos.

Assim, como se explica o julgamento generalizado entre as elites de que a tradição de discordância e protesto morreu? Invariavelmente, compara-se com a época do Vietnã, atitude muito reveladora. Acabamos de completar 40 anos do anúncio

público de que a administração Kennedy estava enviando a Força Aérea Americana para bombardear o Vietnã do Sul, e que também começava a planejar o envio de milhões de pessoas para campos de concentração e o desenvolvimento de programas de guerra química visando a destruição de plantações. Não havia nenhum pretexto de defesa, exceto no sentido dado pela retórica oficial: defesa contra a “agressão internacional” contra os sul-vietnamitas no Vietnã do Sul por meio de um “ataque de dentro” (presidente Kennedy e seu embaixador na ONU, Adlai Stevenson). O protesto não existia. Ele não alcançou nenhum nível significativo durante muitos anos. Nessa época, centenas de milhares de tropas americanas haviam se juntado ao exército de ocupação, áreas densamente povoadas estavam sendo destruídas por bombardeios de saturação e a agressão tinha se espalhado pelo resto da Indochina. O protesto entre os intelectuais da elite se manteve basicamente em “níveis pragmáticos”: a guerra era um “engano” que estava ficando caro demais para os EUA. Em um claro contraste, no final da década de 1960 a grande maioria do público opunha-se à guerra como “fundamentalmente errada e imoral”, não um “engano”, proporção que se mantém inalterada até hoje.

Hoje, em um dramático contraste com os anos 60, o que existe é um protesto popular baseado em princípios, assumido e em larga escala, em todos os EUA, antes que a guerra tenha oficialmente começado. O fato reflete um forte crescimento, nesse período, da indisposição em tolerar agressões e atrocidades, constituindo-se em uma das muitas mudanças ocorridas — na realidade, a nível mundial. Isto faz parte do pano de fundo do que está acontecendo em Porto Alegre, e faz parte das razões do humor existente em Davos.

As lideranças políticas estão a par do desenrolar desses acontecimentos. Quando um novo governo [americano] toma posse, ele recebe um relatório da situação mundial preparado pelos serviços de inteligência. Esses relatórios são secretos; ficamos sabendo de seu conteúdo muitos anos depois. Mas quando Bush 1 tomou posse em 1989, uma pequena parte do relatório vazou, um trecho referente a “situações onde os EUA enfrentam inimigos bem mais fracos” — único tipo de inimigo contra quem se pensa em lutar. Os analistas de inteligência aconselharam que em conflitos com “inimigos bem mais fracos” os EUA devem vencer “decisiva e rapidamente”, ou o apoio popular desaparece. Não é como nos anos 60, quando a população tolerou durante anos uma guerra assassina e destruidora sem protestar de forma visível.

Hoje isto não acontece mais. Os movimentos ativistas dos últimos 40 anos tiveram um significativo efeito civilizador. Agora, a única maneira de atacar um inimigo bem mais fraco é desencadeando uma enorme ofensiva de propaganda, caracterizando-o como pronto para um ataque genocida, até mesmo como uma ameaça a nossa própria sobrevivência; comemorar, em seguida, uma vitória miraculosa sobre esse admirável inimigo, ao mesmo tempo em que se erguem loas aos líderes corajosos que vieram nos salvar bem na hora. Este é o cenário atual no Iraque.

As pesquisas revelam mais apoio nos EUA à guerra planejada do que em outros lugares. Mas os números são enganadores. É importante ter em mente que os EUA são o único país além do Iraque onde Saddam Hussein é não apenas insultado como também temido. Há uma torrente propagandística sinistra advertindo de que se não o paramos

hoje ele nos destruirá amanhã. A próxima evidência de suas armas de destruição maciça pode ser um “cogumelo atômico” — como a conselheira de Segurança Nacional Condoleezza Rice anunciou em setembro —, presumivelmente sobre Nova York. Nenhum dos vizinhos do Iraque parece muito preocupado, por mais que odeiem o tirano assassino. Talvez porque saibam que, como resultado das sanções, “a grande maioria da população do país está vivendo há anos com uma dieta próxima à inanição”, como a OMS informou, e que o Iraque é uma dos Estados mais fracos da região: seus gastos econômicos e militares são uma fração dos do Kuwait, que têm 10% da população do Iraque, e muito menores do que os dos Estados vizinhos.

Mas os EUA são diferentes. Quando o Congresso autorizou o presidente a ir à guerra em outubro passado, foi para “defender a segurança nacional dos Estados Unidos contra a ameaça contínua representada pelo Iraque”. Devemos tremer de medo diante dessa formidável ameaça, enquanto os países vizinhos do Iraque buscam reintegrá-lo à região, incluindo aqueles que foram atacados por Saddam Hussein quando ele era amigo e aliado dos que agora comandam o show em Washington — e que prazerosamente lhe forneceram, incluindo os meios para desenvolver armas de destruição maciça, num momento em que ele era de longe mais perigoso do que é hoje, e já tinha cometido com certeza seus piores crimes.

Para se medir de maneira séria o apoio à guerra nos EUA seria necessário separar esse “fator medo”, que é genuíno e aplicável apenas aos EUA. O que restasse daria uma medida mais realista do apoio à violência, e mostraria, penso, que ele é mais ou menos o mesmo que em outros lugares. É também de se admirar que a forte oposição à guerra em preparação atinja

o centro do establishment. Os temas correntes das seções de política internacional dos dois maiores jornais apresentam artigos contra a guerra escritos por figuras proeminentes da elite ligada à política externa. A muito respeitável Academia Americana de Artes e Ciências fez circular uma longa análise sobre a guerra, tentando apresentar um balanço o mais compreensivo possível da posição da administração Bush, desmontando-o a seguir ponto por ponto. Um respeitável analista citado nesse texto é um associado sênior da Fundação Carnegie para a Paz Internacional, que adverte que os EUA estão se tornando “uma ameaça a si mesmos e à humanidade” sob o atual governo. Uma declaração desse tipo não tem nenhum precedente.

Devemos reconhecer que essas críticas são estreitas. Elas se preocupam com as ameaças aos EUA e a seus aliados. Elas não levam em conta os prováveis efeitos sobre os iraquianos: as advertências da ONU e de agências internacionais de ajuda de que milhões de pessoas podem correr sério risco em um país que mal consegue sobreviver após uma guerra que atingiu sua infraestrutura básica — que chega à guerra biológica — e uma década de sanções devastadoras que mataram centenas de milhares de pessoas e que impediu qualquer tipo de reconstrução, ao mesmo tempo em que fortaleceu o brutal tirano que governa o Iraque.

É interessante, também, que as críticas nem ao menos se preocupam em mencionar a arrogante retórica sobre democratização e libertação. Presumivelmente, os críticos assumem que a retórica destina-se a intelectuais e editorialistas — de quem não se espera que chamem a atenção para o fato de que o impulso para a guerra é acompanhado por uma dramática demonstração de ódio à democracia, do mesmo

modo como se espera que eles esqueçam a história daqueles que estão à frente da campanha. Eis porque também nada disso jamais é trazido à ONU.

Contudo, as ameaças que realmente preocupam os críticos do *establishment* são bem reais. Eles com certeza não ficaram surpresos quando a CIA informou ao Congresso em outubro passado que não sabia de nenhuma ligação entre o Iraque e o terrorismo da al-Qacda, mas que um ataque ao Iraque provavelmente aumentaria a ameaça terrorista ao Ocidente de diversas maneiras. Ela provavelmente levará uma nova geração de terroristas a se vingar, e pode induzir o Iraque a levar a cabo ações terroristas que já estão em preparação, possibilidade seriamente considerada por analistas americanos.

Uma equipe de alto nível do Conselho de Relações Exteriores acaba de soltar um relatório advertindo sobre prováveis ataques terroristas que poderiam ser muito piores do que o de 11 de setembro, incluindo o uso de armas de destruição maciça dentro mesmo dos EUA, perigos cuja consideração se torna “mais urgente pela probabilidade de os EUA entrarem em guerra com o Iraque”. Eles apresentam uma série de exemplos, virtualmente um manual para terroristas. Não é o primeiro; outros similares foram publicados por eminentes analistas estratégicos muito antes de 11 de setembro.

Subentende-se também que um ataque ao Iraque pode não apenas levar a mais terror, mas também à proliferação de armas de destruição maciça, por uma razão simples: os alvos potenciais dos EUA reconhecem que não há nenhum outro modo de deter o mais poderoso Estado da História, que está perseguindo a “Ambição Imperial da América”, acarretando sério risco aos EUA e ao mundo, segundo adverte o autor na

mais importante publicação do establishment, Foreign Affairs. Falcões de peso avisam que uma guerra no Iraque pode levar ao “maior desastre da História”. Eles sabem que, se o Iraque tem armas químicas e biológicas, seu ditador as mantém sob estrito controle. Avaliam, além disso, que, exceto como último recurso — se atacado —, é pouco provável que o Iraque use qualquer arma de destruição maciça que possua, o que seria um convite a sua total aniquilação.

E também é pouco provável que as forneça aos Osama Bin Laden do mundo, o que seria uma terrível ameaça ao próprio Saddam Hussein, para não falar da reação caso haja a menor hipótese de que isso ocorra. Se atacado, porém, o país entraria em colapso, incluindo o controle sobre as armas de destruição maciça. Elas seriam “privatizadas”, ressaltam os especialistas em terrorismo, e oferecidas ao enorme “mercado de armas não-convencionais, onde não teriam nenhum problema em encontrar compradores”. Este é, efetivamente, um “cenário de pesadelo”, exatamente como os falcões advertem.

Mesmo antes de o governo Bush começar a soar os tambores da guerra contra o Iraque, houve várias advertências de que seu modo aventureiro estava levando à proliferação das armas de destruição maciça, assim como do terror, simplesmente como reação para fazer frente à agressão. Agora mesmo, o que Washington passa ao mundo é uma mensagem muito perigosa e arriscada: se vocês querem se defender de nós, o melhor a fazer é imitar a Coreia do Norte e apresentar-se como uma ameaça militar convincente, incluindo armas de destruição maciça. Caso contrário, os destruiremos em nossa busca da nova “grande estratégia”, que tem causado calafrios

não apenas entre as vítimas de sempre — além da “velha Europa” —, como também no âmago da elite ligada à política exterior americana, a qual reconhece que o “compromisso dos EUA com confrontos militares para obter uma vantagem nacional decisiva vai tornar o mundo mais perigoso e os EUA menos seguros” — segundo, novamente, as palavras de respeitados analistas em jornais da elite.

Evidentemente, o provável crescimento do terror e da proliferação de armas de destruição maciça preocupa pouco os estrategistas de Washington, no contexto de suas verdadeiras prioridades. Não é difícil aventar as razões desse comportamento, embora não seja uma tarefa agradável.

A natureza das ameaças foi dramaticamente destacada em outubro passado, durante o encontro de cúpula ligado ao 40º aniversário da crise dos mísseis cubanos, ao qual compareceram representantes-chave da Rússia, EUA e Cuba.

Os estrategistas sabiam, à época, que eles tinham o destino do mundo em suas mãos, mas as novas revelações trazidas a público na cúpula de Havana foram verdadeiramente surpreendentes. Ficou-se sabendo que o mundo fora salvo da destruição nuclear por um capitão de submarino russo, Vasily Arkhipov, que bloqueou uma ordem de lançar mísseis nucleares quando os submarinos russos foram atacados por destróieres americanos perto da “zona de quarentena” de Kennedy. Caso Arkhipov tivesse cumprido a ordem, seu ato teria deflagrado um processo de retaliação mútua que poderia ter “destruído o hemisfério norte”, como Eisenhower havia advertido.

Essa terrível revelação vem no momento certo, devido às circunstâncias que vivemos: as raízes da crise dos mísseis estão no terrorismo internacional que visava uma “mudança de regime”, dois conceitos muito em voga hoje em dia. Os

ataques terroristas dos EUA contra Cuba começaram logo depois que Castro tomou o poder e passaram por uma escalada radical com Kennedy, levando a um compreensível temor de invasão, como Robert McNamara reconheceu. Kennedy retomou a guerra terrorista imediatamente após o término da crise; as ações terroristas contra Cuba, baseadas nos EUA, diminuíram no final da década de 70 e continuaram 20 anos mais tarde. Deixando de lado qualquer julgamento sobre o comportamento dos participantes na crise dos mísseis, as novas revelações demonstram claramente os riscos terríveis e não previstos em atacar um “inimigo bem mais fraco” visando uma “mudança de regime” — sem exagero, riscos à sobrevivência.

Quanto ao destino do povo iraquiano, ninguém pode assegurar nada: nem a CIA, nem Donald Rumsfeld, nem os que se declaram experts sobre o Iraque, ninguém. As possibilidades vão das previsões terríveis para as quais as agências de ajuda estão se preparando, aos deliciosos contos da carochinha escritos pelos relações-públicas do governo e suas equipes. Nunca se sabe. São estas algumas das razões por que seres humanos decentes não admitem a ameaça ou o uso da violência, seja na vida pessoal ou nos assuntos internacionais, a menos que se tenha motivos de força maior. E, com certeza, nada remotamente parecido tem sido apresentado na atual situação, motivo pelo qual a oposição aos planos de Washington e Londres atingiu tal escala e intensidade.

O timing da campanha de propaganda de Washington e Londres foi tão transparente que ele também tem sido tema de discussão, às vezes ridícula, bem no meio do assunto principal. A campanha começou em setembro do ano passado. Até então, Saddam era um sujeito terrível, mas não uma ameaça iminente à sobrevivência dos EUA.

O “cogumelo atômico” foi anunciado no começo de setembro. Desde então, o medo de que Saddam venha a atacar os EUA espalhou-se por 60-70% da população. “A urgência desesperada em agir rapidamente contra o Iraque, que Bush manifestou em outubro, não transparecia de nada do que ele havia dito dois meses antes”, observou o analista político chefe da United Press International, levando à conclusão óbvia: setembro marcou a abertura da campanha política para as eleições do Congresso que ocorrem no meio de mandato.

O governo, continua ele, estava “em campanha para sustentar e aumentar seu poder por meio de uma política internacional aventureira, de novas estratégias militares radicais preventivas, e buscava sequiosamente um confronto com o Iraque politicamente conveniente e perfeitamente sincronizado”.

Enquanto as questões domésticas ficaram em primeiro plano, Bush e sua turma perdiam terreno — o que é fácil de entender, uma vez que o que fazem constitui-se em uma agressão grave à população em geral. “Mas, vejam só! Embora não tenha havido nenhum ataque terrorista nem indicações confiáveis de ameaça iminente, desde o começo de setembro as questões ligadas à segurança nacional passaram a dirigir o barco” — não apenas a al-Qaeda, mas um aterrorizante e ameaçador poder militar, o Iraque.

As mesmas observações têm sido feitas por muitas outras pessoas, o que é conveniente para gente como nós: basta reproduzir o que diz o noticiário geral, ao invés de formular análises controversas. O membro da Fundação Carnegie que eu citei antes escreve que Bush e Cia. seguem “a estratégia clássica moderna das oligarquias de direita ameaçadas, que é

desviar as massas descontentes para o nacionalismo”, influenciadas pelo medo de inimigos que estão prestes a nos destruir. Essa estratégia é de crucial importância se a política dos “nacionalistas radicais” posta em prática em Washington pretende fazer avançar seu plano anunciado de “dominação unilateral do mundo por meio de uma superioridade militar absoluta”, enquanto leva a cabo um amplo ataque aos interesses da vasta maioria da população do país.

No que se refere às eleições, a estratégia funcionou, pouco. A eleição do outono de 2002 foi ganha por um pequeno número de votos, suficientes entretanto para dar maioria ao executivo no Congresso. As análises da eleição mostraram que os eleitores se mantiveram contrários ao governo em assuntos econômicos e sociais, mas trocaram esses temas pelas preocupações quanto à segurança, o que claramente leva a apoiar a figura que representa a autoridade — o bravo caubói que, bem na hora, virá a galope nos salvar.

Como a História mostra, é muito fácil para líderes inescrupulosos aterrorizar a população, com conseqüências desagradáveis. Este é o método tradicional para desviar a atenção do fato de que os cortes de impostos dos ricos e outras estratégias estão destruindo as possibilidades de uma vida decente para a grande maioria da população e para as gerações futuras. Quando a campanha presidencial começar, os estrategistas republicanos com certeza não querem ver as pessoas fazendo perguntas sobre aposentadoria, emprego, seguro-saúde e outros assuntos semelhantes.

Pelo contrário, elas deverão estar homenageando o líder heróico que as salvou de uma destruição iminente por um inimigo dotado de poder descomunal, e marchando para

enfrentar a próxima força poderosa que deseje nossa destruição. Poderia ser o Irã, ou conflitos nos países andinos: há um monte de boas opções, desde que os alvos sejam indefesos.

Estas idéias são uma segunda natureza dos atuais líderes, a maioria deles reciclados do governo Reagan. Eles re-encenam um roteiro familiar: leve o país ao déficit de forma a desmontar os programas sociais, declare uma “guerra ao terror” (como fizeram em 1981) e invoque um demônio após outro para aterrorizar a população e levá-la à obediência. Nos anos 80 eram os assassinos líbios vagando pelas ruas de Washington para assassinar nosso líder; depois foi o exército nicaraguense, a dois dias de marcha do Texas, uma ameaça tão séria a nossa sobrevivência que Reagan teve de declarar estado de emergência nacional. Ou um campo de pouso em Granada que os russos iriam usar para nos bombardear (se o conseguissem localizar no mapa); terroristas árabes indo atrás de americanos em todo lado para matar, enquanto Gadafi planejava “arrancar a América do mundo”, conforme se lamentava Reagan. Ou narcotraficantes hispânicos buscando destruir a juventude; e mais, e mais.

Enquanto isso, o que os líderes fizeram foi levar a cabo políticas domésticas que em geral tiveram poucos resultados econômicos, mas que em verdade enriqueceram a poucos enquanto prejudicaram a grande maioria da população — o roteiro que vem sendo seguido mais uma vez. E uma vez que o público sabe disso, eles têm que recorrer à “estratégia clássica moderna de uma oligarquia de direita em perigo” se esperam executar os programas doméstico e internacional com os quais estão comprometidos, talvez mesmo os institucionalizando, de modo que seja difícil desmontá-los quando perderem o poder.

Há, é claro, muito mais em questão do que considerações domésticas — que não têm pouca importância em si mesmas. As atrocidades terroristas de 11 de setembro serviram como uma oportunidade e um pretexto para pôr em prática os planos de longo prazo de controle das imensas riquezas petrolíferas do Iraque, componente central dos recursos do Golfo Pérsico que o Departamento de Estado descreveu, em 1945, como “uma estupenda fonte de poder estratégico e uma das maiores presas materiais da História”. Os serviços de inteligência dos EUA prevêem que esses recursos terão um significado ainda maior nos anos vindouros. A questão nunca foi acessada.

Essas mesmas análises antecipam que os EUA vão contar com fornecimento mais seguro no hemisfério ocidental e na África Ocidental. O mesmo aconteceu após a Segunda Guerra Mundial. O que importa é o controle da “presa material”, o que canaliza, de diversas formas, enormes riquezas para os EUA — bem como para a Grã-Bretanha —, e a “estupenda fonte de poder estratégico”, que se constitui em uma alavanca da “dominação mundial unilateral” — objetivo que está agora abertamente proclamado, e que aterroriza grande parte do mundo, incluindo a “velha Europa” e o establishment conservador dos EUA.

Penso que um olhar realista sobre o mundo retrata um quadro confuso. Há muitos motivos para nos encorajarmos, mas há um difícil e longo caminho pela frente.

ARUNDHATI ROY

“ é uma importante intelectual de militância social, das causas dos pobres na Índia. Arundhati se formou em arquitetura, na universidade de Delhi, e logo escreveu vários roteiros para novelas e filmes. Depois se consagrou como escritora com um best-seller, “ O Deus das pequenas coisas”, traduzido para 32 idiomas e que ganhou prêmio Booker, de 1997.

Como militante social tem ajudado as populações atingidas pela construção de hidrelétricas. E em toda sua obra, tem se destacado como uma grande humanista.”

Fui convidada a falar sobre "Como confrontar o império?" É uma questão enorme, e não tenho respostas fáceis. Quando falamos em confrontar o império, precisamos identificar o que significa "império". Significa o governo dos EUA (e seus satélites europeus), o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio, e corporações multinacionais? Ou é mais do que isso?

Em muitos países, o Império germinou outras unidades, alguns subprodutos, nacionalismo, fanatismo religioso, fascismo, e é claro, terrorismo. Todos esses marcham de mãos dadas com o projeto da globalização corporativa. Deixe-me ilustrar o que quero dizer. A Índia, a maior democracia do mundo, está atualmente na vanguarda do projeto de globalização corporativa. Seu "Mercado" de um bilhão de pessoas está sendo aberto à força pela OMC. Corporatização e privatização estão sendo bem-vindas pelo governo e pela elite indiana.

Não é uma coincidência que o primeiro ministro, o ministro da casa e o ministro dos investimentos, os homens que assinaram a negociação com a Enron na Índia, os homens que estão vendendo a infraestrutura do país às corporações multinacionais, os homens que querem privatizar a água, eletricidade, petróleo, carvão, aço, saúde, educação e telecomunicações sejam todos membros e admiradores do RSS. O RSS é uma associação hindu ultranacionalista, de direita, que admirou Hitler e seus métodos abertamente.

O desmantelamento da democracia está ocorrendo com a rapidez e a eficiência de um Programa de Ajuste Estrutural.

Enquanto o projeto de globalização corporativa entra rasgando pela vida das pessoas na Índia, privatização em massa, e "reformas" trabalhistas estão tirando as pessoas das suas terras e dos seus empregos. Centenas de agricultores empobrecidos estão cometendo suicídio consumindo pesticidas. Relatórios de mortes pela fome estão chegando de todas as partes do país.

Enquanto que a elite caminha ao seu destino imaginário em algum lugar perto do topo do mundo, os despossuídos estão descendo em direção ao crime e ao caos. Esse clima de frustração e de desilusão nacional é o chão germinativo perfeito, a história assim nos conta, para o fascismo.

Os dois braços do governo indiano produziram a perfeita ação torques. Enquanto um braço está ocupado vendendo a Índia em pedaços, o outro braço, para divergir a atenção, está orquestrando um coro barulhento de nacionalismo hindu e fascismo religioso. Está conduzindo testes nucleares, reescrevendo livros de história, queimando igrejas e demolindo mesquitas. Censura, vigilância, a suspensão de liberdades civis e direitos humanos, a definição de quem é um cidadão indiano e quem não é, particularmente no que se refere a minorias religiosas, está se tornando uma prática comum atualmente.

Em março último, no estado de Gujarat, dois mil muçulmanos foram chacinados num massacre promovido pelo estado. As mulheres muçulmanas foram um alvo especial. Elas foram desnudas e estupradas por gangues, antes de serem queimadas vivas. Mesquitas, fábricas têxteis, casas, e lojas foram saqueadas e queimadas. A base econômica da comunidade muçulmana foi devastada. Enquanto Guajurat queimava, o primeiro ministro indiano estava na MTV promovendo seus poemas.

Em janeiro desse ano, o governo que orquestrou a matança foi reeleito com maioria ampla. Ninguém foi punido pelo genocídio. Narendra Modi, o arquiteto do massacre, membro orgulhoso do RSS, começou seu segundo mandato como ministro chefe de Gujarat. Se ele fosse Sadam Hussein, é claro que cada atrocidade estaria na CNN. Mas já que ele não é, e já que o “Mercado” indiano está aberto aos investidores globais, o massacre não é nem uma inconveniência embaraçosa. Existem mais do que 100 milhões de muçulmanos na Índia. Uma bomba relógio está ligada na terra dos nossos ancestrais. Tudo isso para dizer que é um mito que o livre mercado quebra as barreiras nacionais. O livre mercado não ameaça a soberania nacional, ele corrói a democracia.

Enquanto a disparidade entre os ricos e os pobres aumenta, a luta para monopolizar recursos está se intensificando. Para levar a termo seus “doces acordos”, para corporatizar os grãos que plantamos, a água que tomamos, o ar que respiramos e os sonhos que sonhamos, a globalização corporativa precisa de uma confederação internacional de governos leais, corruptos e autoritários em países mais pobres, para levar a cabo reformas impopulares e sufocar as rebeliões.

Globalização Corporativa – ou devemos chamá-la pelo seu nome: Imperialismo – precisa de uma imprensa que faz de conta que é livre. Precisa de tribunais que fazem de conta que fazem justiça. Enquanto isso, os países do norte endurecem suas fronteiras e armazenam armas de destruição em massa. Afinal eles têm que ter certeza de que é apenas dinheiro, bens, patentes e serviços que são globalizados. Não a livre movimentação de pessoas. Não o respeito pelos direitos humanos. Não tratados internacionais sobre discriminação

racial, ou armas químicas ou nucleares, emissões de gás e o efeito estufa ou mudanças no clima, ou – deus nos livre – justiça.

Tudo isso – é Império. Essa confederação leal, essa acumulação obscena de poder, essa distância grandemente aumentada entre aqueles que fazem as decisões e aqueles que as sofrem. Nossa luta, nosso objetivo, nossa visão de Um Outro Mundo deve ser a de eliminar essa distância.

Então, como resistimos ao “Império”?

A boa notícia é que não estamos nos saindo tão mal assim. Tem havido vitórias maiores. Aqui na América Latina vocês tem tido tantas – na Bolívia, vocês tem Cochabamba; no Peru houve a revolta de Arequipa; na Venezuela, o presidente Hugo Chavez está agüentando, apesar dos melhores esforços do governo dos EUA. E a observação mundial está no povo da Argentina, que está tentando refazer um país das cinzas do efeito devastador do FMI.

Na Índia o movimento contra a globalização corporativa esta ganhando impulso, e está estabilizando para ser a única força política real a se opor ao fascismo religioso. E no que se refere aos brilhantes embaixadores da globalização corporativa – Enron, Bechtel, WorldCom, Arthur Anderson – onde estão eles agora? E é claro, aqui no Brasil precisamos perguntar... quem era o presidente no ano passado, e quem é o presidente agora? Ainda... muitos de nós tem momentos negros de desesperança e desespero. Sabemos que sob a crescente proteção da Guerra Contra o Terrorismo, os homens de terno estão trabalhando duro.

Enquanto bombas chovem sobre nós, e mísseis cruiser atravessam os céus, sabemos que contratos estão sendo

assinados, patentes estão sendo registradas, oleodutos estão sendo colocados, recursos naturais estão sendo saqueados, a água está sendo privatizada, e George Bush está planejando ir à guerra contra o Iraque. Se olharmos para esse conflito como um confronto direto olho no olho, entre o “Império” e aqueles que estão resistindo a ele, poderá parecer que estamos perdendo.

Mas existe uma outra maneira de se olhar para isso. Nós todos reunidos aqui, cada um da sua maneira, pôs um cerco ao “Império”. Podemos não ter feito ele parar no seu rumo, ainda, mas já lhe demos uma rasteira. Fizemos com que deixasse cair a máscara. Forçamos para que saísse para o aberto. Agora ele está diante de nós, no palco do mundo com sua nudez bruta e infqua.

O Império pode muito bem ir a Guerra, mas está no aberto agora – feio demais para contemplar seu próprio reflexo. Feio demais até para arregimentar seu próprio povo. Não vai demorar para a maioria do povo americano tornar-se nosso aliado. Apenas há alguns dias atrás em Washington, um quarto de milhão de pessoas marcharam contra a guerra no Iraque. Cada mês, os protestos estão ganhando força. Antes de 11 de setembro de 2001 os EUA tinham uma história secreta. Secreta especialmente para seu próprio povo. Mas agora os segredos da América são história, e sua história é de conhecimento público. É conversa de rua.

Hoje sabemos que todo o argumento que está sendo usado para escalar a Guerra contra o Iraque é mentira. O mais absurdo deles sendo o profundo comprometimento do governo americano de trazer a democracia ao Iraque. Matar pessoas para salvá-las da ditadura ou da corrupção ideológica é, obviamente, um velho esporte americano. Aqui na América Latina, vocês sabem disso melhor do que ninguém. Ninguém

duvida que Saddam Hussein é um ditador sem escrúpulos, um assassino (cujos maiores excessos foram apoiados pelos governos dos EUA e da Inglaterra). Não há dúvida de que os iraquianos estariam melhor sem ele. Mas então, o mundo inteiro estaria melhor sem um certo Sr. Bush. Na verdade, ele é de longe mais perigoso do que Saddam Hussein.

Então, deveríamos bombardear Bush ou a Casa Branca?

Está mais do que claro que Bush está determinado a ir a guerra contra o Iraque, independente dos fatos e independente da opinião pública internacional. No seu recrutamento por aliados, os EUA estão preparados para inventar fatos. A charada com os inspetores de armas é a ofensiva do governo dos EUA, concessão insultante a uma forma mudada de etiqueta internacional. É como deixar a portinha do cachorro aberta para aliados de última hora, ou talvez para a ONU engatinhar por ela. Mas para todos os intentos e motivos, a nova guerra contra o Iraque começou.

O que podemos fazer? Podemos afiar nossa memória, podemos aprender com a nossa história. Podemos continuar a construir opinião pública até que ela se torne um rugido ensurdecedor. Podemos transformar a guerra contra o Iraque num aquário dos excessos do governo americano. Podemos expor George Bush e Tony Blair – e seus aliados – pelos assassinatos covardes de bebês, envenenadores de águas, e pusilânimes atiradores de bombas a longa distância que são. Podemos reinventar a desobediência civil em um milhão de maneiras diferentes. Em outras palavras, podemos vir com um milhão de maneiras de sermos um pé no saco coletivo.

Quando George Bush diz “ou vocês estão conosco, ou estão com os terroristas”, nós podemos dizer “Não, muito obrigado”. Podemos dizer a ele que os povos do mundo não precisam escolher entre o Mickey Mouse Malvado e os Mulás Doidos. Nossa estratégia deveria ser não só confrontar o império, mas também sitiá-lo.

Privá-lo de oxigênio. Envergonhá-lo. Zombar dele. Com nossa arte, com nossa música, nossa literatura, nossa teimosia, nossa alegria, nosso brilho, nossa transparência – inflexibilidade – e nossa habilidade de contar nossas próprias histórias. Histórias que são diferentes daquelas que somos levados a acreditar após uma lavagem cerebral. A revolução corporativa vai colapsar se nos recusarmos a comprar o que estão nos vendendo, suas idéias, sua versão da história, suas guerras, suas armas, sua noção de inevitabilidade.

Lembre-se disto: seremos muitos, e eles poucos. Eles precisam mais de nós do que nós deles.

Desde os anos 80, e com o colapso do sistema soviético, a classe dominante nos EUA, seja democrata ou republicana, começou a desenvolver um programa de hegemonia. Levado adiante pelo seu poder militar, e sem nenhum competidor capaz de amenizar suas fantasias, os EUA escolheram reforçar sua dominação dispondo de uma estratégia militar almejando um “controle planetário”. Uma série de intervenções iniciais – no Golfo, na Iugoslávia, na Ásia Central, Palestina e Iraque – começaram esse plano para guerras sem fim, que seriam “feitas nos EUA” e seriam planejadas e decididas unilateralmente por Washington.

SAMIR AMIN

Samir Amin, economista egípcio, especialista em economia do Terceiro Mundo, e um dos mais prestigiados pensadores marxistas da atualidade

*A presente crise demonstrou as ambições dos EUA
– nada menos do que trazer o planeta inteiro sob
seu controle militar*

A estratégia política que acompanhou esse programa colocou seus pretextos, sejam relacionados ao terrorismo, Guerra contra o tráfico de drogas, ou acusações de produção de armas de destruição em massa. Esses são pretextos óbvios quando nos lembramos da invenção da CIA de adversários terroristas convenientes, seja o Taliban ou Bin Laden. Acusações de produção de armas perigosas, feitas hoje contra o Iraque e a Coreia do Norte, mas amanhã contra qualquer estado conveniente, enfraquecem ao lado do uso atual dessas armas pelos EUA. Os EUA usaram armas nucleares em Hiroshima e Nagasaki e armas químicas no Vietnã, e ameaçam com o uso futuro de armas nucleares em conflitos futuros. Esses pretextos são apenas ferramentas de propaganda, no senso em que Goebbels deu ao termo: são úteis talvez para convencer os americanos lentos em compreensão, mas menos críveis em outros lugares.

A idéia de “guerra preventiva”, agora colocada como “correta” por Washington, acaba com qualquer noção de lei internacional. A Carta Constitucional da ONU proíbe o recurso da guerra exceto em casos de legítima defesa, e permite

intervenção militar apenas sob condições restritas, qualquer resposta devendo ser medida e provisional. Todos os especialistas em leis internacionais sabem que as guerras iniciadas desde 1990 foram totalmente ilegítimas, e assim aqueles que tem a responsabilidade por elas são também criminosos de guerra. Na verdade, os EUA, com a cooperação de outros países, já estão tratando a ONU como os estados fascistas tratavam a Liga das Nações.

A abolição dos direitos comuns de todos os povos, já a caminho, substitui a distinção entre “raça dominante” (Herrenvolk) – o povo dos EUA, e, atrás deles, Israel – e os outros povos pelo princípio anterior de igualdade dos povos. A existência de povos que não pertencem a raça dominante dos EUA apenas pode ser tolerada se eles não constituírem uma “ameaça”, à ambição daqueles que se chamam “senhores do planeta”. Essa raça dominante se reserva o direito de conquistar qualquer espaço habitável que considerar necessário para si e para os povos que apóia.

Quais são os interesses nacionais que a classe dominante dos EUA consideram que lhes dê esse direito?

Essa é uma classe que reconhece apenas um objetivo – o de fazer dinheiro. O estado norte-americano está abertamente a serviço de satisfazer as demandas do segmento dominante do capital feito nas multinacionais dos EUA.

Assim sendo, nós todos nos tornamos “peles vermelhas”, o nome desdenhoso reservado aos americanos nativos, aos olhos do estabelecimento em Washington – que quer dizer, povos que tem o direito de existir apenas até o ponto de não frustrarem a expansão americana baseada no capital das multinacionais. Foi-nos prometido que resistência aos EUA será esmagada

usando-se de todos os meios, até o extermínio se necessário. Se for a questão de se ter um lucro adicional de 15 milhões de dólares nas multinacionais americanas às custas de 300 milhões de vítimas, então não haverá nenhuma hesitação. O “estado patife” por excelência, pegando emprestado a linguagem dos presidentes Bush, Sênior e Júnior, bem como de Bill Clinton, não é outro senão os EUA.

O programa dos Estados Unidos é certamente imperialista no sentido mais brutal da palavra, mas não é “imperial” no sentido que Antonio Negri deu ao termo, já que não visa administrar as sociedades do planeta para melhor integrá-las num sistema capitalista coerente. Ao invés disso, visa apenas saquear seus recursos.

Tudo isso faz parte da redução do pensamento social aos mantras da economia comum, a atenção unilateral dada à maximização do lucro financeiro do capital dominante em curto prazo, amparado ao se colocar meios militares à disposição desse capital, e a desvinculação desse capital de qualquer sistema de valores humanos.

Esse capital está além do expansionismo bárbaro que o capitalismo cartega consigo, substituindo a demanda absoluta de submissão as assim chamadas, leis de mercado, por valores humanos.

Através da sua história, o capitalismo norte americano tem se mostrado estar mais pronto do que as variedades européias a dar tais passos. Politicamente, o estado americano é designado a servir a economia e mais nada, abolindo o relacionamento contraditório e dialético entre economia e política.

O genocídio ocorrido contra os índios norte-americanos, a escravatura dos negros, as ondas sucessivas de imigração para os EUA, levando a substituição do confronto entre grupos

dividindo a mesma identidade comum, como manipulado pela classe dominante, para a maturação da consciência de classe, produziu a administração política da sociedade dos EUA pelo partido único do capital. Ambos os segmentos desse partido dividem a mesma visão estratégica global apesar de endereçarem sua retórica a “eleitorados” diferentes, eles mesmos saídos de menos da metade da sociedade dos EUA que acreditam suficientemente no sistema para se dar ao trabalho de sair para votar.

Não se beneficiando da tradição pela qual os partidos democráticos dos trabalhadores e os comunistas marcaram a formação da cultura política moderna da Europa, a sociedade norte-americana não tem os instrumentos ideológicos à sua disposição para lhe permitir resistir a ditadura do capital. Ao contrário, o capital molda todos os aspectos da maneira de pensar dessa sociedade, e se reproduz ao reforçar o tipo de racismo profundamente alojado que permite a sociedade dos EUA a se enxergar constituindo a raça dominante. “playboy Clinton, cowboy Bush, mesma política”: esse slogan da Índia, enfatiza corretamente a natureza do partido único que dirige a assim chamada democracia norte-americana.

Por esse motivo, o programa norte-americano não é o tipo de tentativa para obter hegemonia, parecido com outras tentativas de hegemonia na história antiga e moderna, envolvendo uma visão dos problemas como tendo respostas coerentes, sejam baseadas na exploração econômica ou na desigualdade política.

Ao invés disso, é definitivamente mais brutal na sua concepção unilateral simples e extrema, e está perto do programa nazista, que também era baseado no princípio de uma raça dominante.

O programa dos EUA não tem nada a ver com as crenças de certos acadêmicos americanos liberais, que vêem a hegemonia norte-americana como “benigna” (“indolor”).

Se ele continuasse, esse programa somente poderá levar a um caos crescente, que vai pedir por direcionamento cada vez mais brutal, sem visão estratégica a longo prazo. Finalmente, Washington não irá nem tentar apoiar seus aliados reais, algo que sempre significou saber fazer concessões. Governos de mentira, como o de Karzai no Afeganistão, vão administrar as coisas melhor enquanto que o poder militar apoiar a crença da “invencibilidade” dos EUA. Hitler não pensava diferente.

Uma análise das conexões entre o programa criminal dos EUA e as realidades do capitalismo dominante inventadas nos países da tríade (Estados Unidos, Europa e Japão) vai permitir que sejam compreendidas suas forças e suas fraquezas.

Opinião geral, como promovida pela mídia inconseqüente, é que o poder militar dos Estados Unidos constitui apenas a ponta do iceberg, e que é a extensão da superioridade americana em todas as áreas, notavelmente na econômica, mas também na política e na cultura. Assim sendo, essa opinião crê que é inevitável a submissão à hegemonia pretendida pelos Estados Unidos.

Entretanto, uma análise das realidades econômicas arruína essa visão. O sistema de produção dos EUA é longe de ser “o mais eficiente do mundo”. Ao contrário, quase nenhum dos seus setores conseguiria certamente bater competidores no mercado verdadeiramente livre sonhado pelos economistas liberais. O déficit comercial dos EUA, que aumenta a cada ano, foi de 100 bilhões de dólares em 1989, a 450 bilhões em 2000. Além disso, esse déficit envolveu praticamente todas as

áreas de produção: até o excedente, já aproveitado pelos EUA na área de bens de alta tecnologia, que era de 35 bilhões em 1990, se transformou agora em déficit.

Competição entre foguetes Ariane, e os da NASA, bem como entre Airbus e Boeing, mostram a vulnerabilidade das atuais vantagens americanas. Face à competição européia e japonesa em produtos de alta tecnologia, e por chineses, coreanos e outros países industrializados da Ásia e América Latina na competição por produtos manufaturados, bem como pela Europa e pelo Cone Sul da América Latina na agricultura, os EUA provavelmente não seriam capazes de vencer se não fosse recorrendo a meios “extra econômicos”, violando os princípios do liberalismo imposto aos competidores.

Na verdade, os EUA apenas se beneficiam de vantagens comparativas no setor de armamentos, precisamente porque esse setor opera grandemente fora das regras de mercado, e beneficia-se de apoio do estado. Isso provavelmente traz certos benefícios para a esfera civil no seu surgimento, sendo a internet o melhor exemplo conhecido, mas também causa sérias distorções que aleijam muitos setores de produção. A economia norte-americana vive como um parasita em detrimento de seus parceiros no sistema mundial: “Os EUA dependem de 10% de seu consumo industrial em bens cujos custos de importação não são cobertos pelas exportações de seus próprios produtos” (Emanuel Todd, *After Empire*).

O crescimento econômico dos anos Clinton, ostentado como resultado de um “liberalismo” ao qual a Europa estava infelizmente resistindo, era na verdade grandemente falso, e era, de todo o caso, não generalizável, dependendo de transferências de capital que significavam a estagnação de

parceiros econômicos. Para todos os setores do sistema real de produção, o crescimento dos EUA durante esse período não foi melhor do que o da Europa.

O “milagre americano” foi alimentado exclusivamente por um crescimento no consumo produzido por desigualdades sociais crescentes (serviços financeiros e pessoais: as legiões de advogados e forças de polícia privada, etc). Nesse sentido, o liberalismo de Clinton preparou as condições para a onda reacionária, e mais tarde vitória, de Bush Jr. Além disso, como escreve Todd, “estourado pela fraude, o PIB americano, em termos de estatística começa a parecer com o da União Soviética.”

O mundo produz, e os EUA, que praticamente não têm fundos de reserva, consomem. A vantagem dos EUA é a de um predador, cujo déficit é coberto por empréstimo dos outros, seja de forma consentida ou a força. Os meios colocados no lugar por Washington para compensar pelas deficiências são de vários tipos, incluindo repetidas violações unilaterais dos princípios liberais, exportação de armas (60% do mercado mundial) largamente impostas nos aliados subalternos, tais como os países do Golfo que nunca usam essas armas, busca de maiores lucros do petróleo, o que pressupõe maior controle sobre os produtores – a verdadeira razão para as guerras na Ásia Central e Iraque. Adicionalmente, através do controle direto exclusivo dos EUA sobre as principais áreas de produção de petróleo, Washington teria sucesso no seu plano em subordinar a Europa. Europeus começaram a entender que essas guerras são “anti-européias”.

A parte principal do déficit americano é coberta por contribuições de capital da Europa, Japão e do Sul – de países ricos em petróleo e classes compradoras de todos os países do

terceiro mundo, incluindo os mais pobres – para os quais são acrescentadas somas adicionais trazidas do comprometimento com o débito que foi forçado a praticamente todos os países na periferia do sistema mundial. Os motivos por trás dos contínuos movimentos do capital, que alimentam o parasitismo da economia e da sociedade americanas, e que permitem a essa superpotência viver seu dia a dia, são certamente complexos. Mas eles não tem nada ver com as supostas “leis de mercado” que já foram racionais e imutáveis.

A solidariedade entre os segmentos dominantes do capital transnacional e os membros da tríade é real, e explica seu re-agrupamento no neoliberalismo globalizado. Os Estados Unidos são vistos como os defensores, militarmente se necessário, dos “interesses em comum”, apesar de que Washington dificilmente pretende “dividir igualmente” os lucros de sua liderança. Ao contrário, eles buscam tornar seus aliados em vassalos, e estão prontos a fazer concessões menores a aliados juniores da tríade. Será que esse conflito de interesses dentro do capital dominante levará a quebra da aliança do Atlântico? Não impossível, mas improvável.

Pois o conflito real está situado num terreno diferente, o da cultura política. Na Europa, uma alternativa de esquerda ainda é possível, o que forçaria uma quebra com o neoliberalismo, com a vã esperança de forçar os EUA a se submeter aos seus princípios, assim permitindo ao capital europeu de ir a batalha num terreno que ainda não foi minado. O excedente de capital que a Europa até agora tem estado feliz em investir nos EUA, poderia então ser usado para financiar uma decolagem econômica, que seria impossível sem usar esse excedente em casa. Entretanto se a Europa desse prioridade a

seu próprio crescimento econômico e social dessa maneira, a saúde artificial da economia americana iria colapsar, e a classe dominante americana seria confrontada pelos seus próprios problemas sociais. É isso que quero dizer quando digo que “a Europa vai estar na esquerda ou não vai estar em nenhum lugar”.

Para chegar lá, entretanto, a ilusão de que a carta liberal deveria, ou poderia ser jogada “honestamente” por todos, e então as coisas ficariam melhores, deverá ser dispensada. Os EUA não podem abrir mão da prática assimétrica do liberalismo, já que é a única maneira de compensar suas deficiências. A prosperidade americana vem com o custo da estagnação dos outros.

Porque então o capital flui para a continuação dos benefícios dos EUA? Provavelmente porque os EUA, para muitos, é o país dos ricos, e o refúgio mais seguro para eles: esse é o caso dos investimentos feitos pela burguesia compradora do Terceiro Mundo. Mas o que explica as atitudes da Europa? O “vírus liberal”, juntamente com a crença ingênua de que os EUA vão acabar aceitando “as regras de mercado”, tem uma certa força sobre a opinião pública. Mas o princípio da “livre circulação de capital”, tornada sagrada pelo FMI, na verdade simplesmente dá poder aos EUA para cobrir seu déficit, trazendo para dentro os excedentes gerados em outros lugares como resultado das políticas neoliberais, as quais os EUA se submetem apenas bastante seletivamente.

Entretanto, para o capital dominante, as vantagens do sistema superam suas inconveniências: esse é o preço que ele tem que pagar a Washington para garantir sua permanência no sistema.

Países descritos como “países pobres em débito” são forçados a pagar, mas existe um “país poderoso endividado” que nunca vai pagar suas dívidas. O preço real imposto pela barganha política dos EUA continua frágil por esse razão. O programa militarista escolhido pelos EUA deveria ser visto nessa perspectiva, não sendo nada mais do que a admissão de que os EUA não têm outros meios a sua disposição do que impor sua hegemonia econômica.

As causas do enfraquecimento do sistema de produção dos EUA são complexas. Elas certamente não são conjunturais, e elas não podem ser corrigidas pela adoção de uma taxa de câmbio correta, por exemplo, ou colocando no lugar uma balança mais favorável entre os salários e a produtividade. A má qualidade da educação em geral e do treinamento nos EUA, o produto de um preconceito profundamente enraizado em favor do “privado” em detrimento do setor público, é uma das razões principais para a profunda crise pela qual a sociedade americana está passando agora.

Assim sendo, deveríamos nos surpreender que os europeus, longe de chegarem a conclusões com a observação das deficiências da economia dos EUA, estão ativamente imitando-a. Aqui também, o vírus liberal não explica tudo, mesmo que ele preencha algumas funções úteis para o sistema, paralisando a esquerda. A privatização disseminada e o desmantelamento dos serviços públicos irão apenas reduzir as vantagens comparativas das quais a “velha Europa” ainda se beneficia. Entretanto, qualquer estrago que essas coisas venham a causar em longo prazo, tais medidas oferecem capital dominante, que vive no curto prazo a chance de fazer lucros adicionais.

O programa militarista adotado pelos EUA agora ameaça todos os povos. É a expressão da lógica adotada por Adolf Hitler, mudar as relações econômicas e sociais pela força militar em favor da “raça dominante” do dia. Esse programa, agora em primeiro plano, super determina todas as circunstâncias políticas, já que a busca por tal programa enfraquece avanços que seriam possíveis de se conseguir através da luta democrática e social. Ademais, esse programa visa tornar impossível – através das guerras preventivas – qualquer outro poder (particularmente a China) de progredir e tornar-se um competidor, isto é, um parceiro igual. Parar o programa militarista dos EUA torna-se então uma meta principal e responsabilidade de todos.

Sucesso nessa luta dependerá da capacidade das pessoas em todos os lugares de se livrarem das ilusões liberais, já que nunca vai existir uma economia globalizada “autenticamente liberal”. Esse é o caso, apesar de todos os meios usados para nos fazer acreditar nisso: apesar do discurso do Banco Mundial operar como um tipo de ministério da propaganda de Washington, no que se refere a “democracia”, “bom governo”, ou “redução da pobreza”, ele não tem outra função além dessa. Joseph Stiglitz, em torno de quem a mídia fez um barulho considerável, descobrindo algumas verdades elementares e afirmando-as com ar de autoridade, foi entretanto incapaz de chegar a uma conclusão concernente aos preconceitos da economia comum.

A reconstrução de uma frente do sul capaz de dar aos povos da Ásia e da África, juntamente com sua solidariedade através dos três continentes, a capacidade de fazer suas vozes ouvidas será também sobre nossa libertação das ilusões de um sistema globalizado liberal que permitirá as nações do terceiro

mundo recuperarem seu “atraso”. Não é ridículo observar os países do sul insistirem em “colocar em prática os princípios liberais sem discriminação”, e assim ganhar o aplauso do Banco Mundial?

Desde quando o Banco Mundial se preocupou em defender o terceiro mundo dos EUA?

O combate contra o projeto agressivo imperialista dos EUA deve desenvolver-se em todos os campos: diplomático (forçando o respeito pela lei internacional), militar (reforçando as capacidades militares de todos os países para resistirem a uma agressão eventual dos EUA – nunca esquecendo que os EUA usaram a bomba nuclear quando tinham esse monopólio e pararam apenas quando o perderam), político e econômico (colocando um fim à exportação do capital para apoiar o déficit norte-americano).

O combate contra o imperialismo dos EUA e contra o seu programa militarista é um combate compartilhado por todos os povos, das suas maiores vítimas na Ásia, África e América Latina, a todos os povos da Europa e os japoneses, que são condenados a posições subordinadas, e também ao povo norte americano.

Deveríamos saudar a coragem de todos que “no coração do inimigo” tem recusado submeter-se, assim como seus antecessores recusaram submeter-se ao Macartismo dos anos 50. Assim como aqueles que ousaram resistir a Hitler, eles merecem todos os louvores que a história é capaz de dar.

Será que a classe dominante dos EUA é capaz de recuar do programa criminoso atrás do qual tem cerrado fileiras? Essa não é uma pergunta fácil de se responder: pouco ou nada, na história da sociedade norte-americana nos prepara para isso.

O partido único do capital, cujo poder nos EUA não é contestado, não tem até agora desistido da aventura militar, e conseqüentemente a responsabilidade dessa classe como um todo não pode ser diminuída. O poder de Bush Jr. não é de uma elite composta pelos produtores de petróleo e de armamentos. Em toda a história moderna dos EUA, o poder dominante sempre foi uma coalizão dos interesses dos setores do capital, falsamente descritos como "lobbies". Entretanto, essa coalizão apenas poderá governar se outros segmentos do capital permitirem. Claramente, recuos políticos, diplomáticos, e mesmo militares, poderiam encorajar a minoria norteamericana que está pronta para renunciar as aventuras militares, a fazê-lo. Esperar por mais do que isso me parece tão ingênuo quanto ter esperado, no pico do regime nazista, convencer Adolf Hitler que seus planos poderiam falhar.

Se os europeus tivessem reagido em 1935 ou 1937, eles poderiam ter parado o regime de Hitler. Ao reagir apenas em setembro de 1939, milhões de pessoas perderam suas vidas. Vamos agir em conjunto na esperança de que uma resposta aos desafios colocados pelos atuais nazistas de Washington possa vir mais cedo.